

Dois nomes, uma ontologia: neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Lula*

*Two names, one ontology: neoliberalism and
neodevelopmentism in the Lula's government*

Rafael Oliveira**

Resumo

O artigo procura contribuir para uma crítica ao governo Lula. Explorando o atual debate desenvolvimentista, destaco o papel da teoria marxista para analisá-lo. Tendo em vista que sua presença é comum tanto aos adversários quanto aos partidários do governo Lula, enfatizo que o marxismo não tem provido uma orientação substantiva à polêmica em torno da relação do lulopetismo com o neoliberalismo. Com base em algumas proposições de autores críticos do marxismo tradicional, mas comprometidos com a teoria marxiana para tematizar o capitalismo contemporâneo, extraio elementos para uma crítica da Era Lula.

Palavras-chave: Neoliberalismo; neodesenvolvimentismo; ontologia.

Abstract

The article seeks to contribute to a critique of the Lula government. Exploring the current developmentalist debate, I highlight the role of Marxist theory in order to analyze it. Given that their presence is common to both opponents and supporters of Lula's government, I emphasize that Marxism has not provided a substantive guidance to the controversy surrounding the lulopetismo's relationship with neoliberalism. Based on some statements of critical authors of traditional Marxism, but committed to the Marxian theory to thematizing contemporary capitalism, I extract elements for a critique of Lula Era.

Keywords: Neoliberalism; development; ontology.

* Nesse texto apresento o essencial da minha dissertação de mestrado no PPGSS/UERJ, concluído no final do ano de 2014 sob a orientação do prof. dr. Mario Duayer. É preciso destacar que os possíveis méritos obtidos por esse estudo devem ser reconhecidos a ele, de quem pude extrair as intuições fundamentais para minha pesquisa, enquanto que eventuais limites dizem respeito aos meus próprios esforços. Também gostaria de citar os professores Paulo Henrique Araújo Furtado e Maurício Vieira Martins em agradecimento por seus comentários e críticas, além do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia por ter sido importante em toda caminhada.

** Doutorando em Serviço Social da UERJ, professor de Sociologia da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e membro-coordenador do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia. E-mail: rafaeloliveira.edu@gmail.com

Introdução

Cumpra assinalar que trato o lulismo e o petismo indistintamente para analisar o governo Lula. Afinal, ele é o referente que torna tanto um quanto outro inteligíveis e discerníveis entre si. Claro está que análises sobre essa diferença são bastante instrutivas (Moraes, 2013; Vianna, 2010). Singer (2012), por exemplo, realiza uma profícua reflexão sobre o Brasil contemporâneo com base nela. De acordo com o autor, a emergência do lulismo alterou não apenas a composição interna do PT como o reposicionou socialmente. Apesar de historicamente associado aos setores médios urbanos organizados, a partir de uma série de medidas adotadas pelo governo Lula entre os anos de 2003 e 2006, o PT teria finalmente angariado a confiança dos setores da população que durante décadas o rejeitou. A identificação do subproletariado brasileiro com o governo Lula fez do PT o partido dos mais pobres, tornando-o então uma referência entre os extratos mais pauperizados do país. Foi através do lulismo, segundo Singer, que o PT ganhou significância para essa camada da sociedade brasileira, *rompendo com o semblante de agitação econômica, política e social que encarnava no passado*, quando o partido ainda parecia representar algum perigo à ordem. Nesse sentido é que o autor argumenta que o lulismo seria ao mesmo tempo progressista e conservador: por um lado, simbolizaria uma profunda reivindicação pela transformação do país, certamente abrindo-se a formas relevantes de tensionamento político e social; por outro, suas demandas e realizações estariam fundamentalmente baseadas em um “reformismo fraco”, cujo sentido forte seria determinado por um “pacto conservador”, que desestimularia qualquer acirramento substancial entre as classes.

Como o lulismo, o petismo também motivou inúmeras e diversas análises (Coutinho, 2004; Menegozzo, 2013; Sampaio Jr., 2012; Secco, 2011). Mas parece haver acordo que sua origem remonta às lutas sindicais do ABC paulista nos anos de 1970. Desde o Golpe de 1964, como é bem sabido, o país atravessava um regime jurídico-institucional capitaneado por suas Forças Armadas, em gerenciamento compartilhado com as elites locais, sob a direção de setores hegemônicos da geopolítica global, para impedir o avanço de uma suposta “ameaça comunista” no Brasil. O composto de retrocesso político e progresso econômico fez o país progredir de modo insólito. Espécie peculiar de modernização, mas amplamente documentada e pensada (Fernandes, 2010; Marini, 2000; Mayer, 1987; Moore, 1975), pode-se dizer que do “milagre brasileiro” irrompeu a classe operária nacional, de tal modo que a ditadura brasileira colateralmente arranhou sua própria oposição¹. Evidente que se pode objetar em que medida o PT foi ou ainda seria

¹ Impossível não se lembrar da teoria que Marx e Engels ensaiam em 1848 sobre o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento do proletariado na modernidade, cuja vinculação é posta na própria disjunção existente entre eles (2011, p. 47).

socialista, mas sonegar que socialistas contribuíram, e contribuem, para que o petismo exista, ao meu ver, limita qualquer entendimento crítico sobre o partido e seus governos. Por suposto, um partido erguido nas condições da luta sindical carrega elementos ideológicos que podem mantê-lo politicamente num universo puramente corporativo, mas é inegável que parcela importante da intelectualidade e militância nacional inspirada pelo socialismo, ou identificada com ele, contribuiu decisivamente para criar o PT, moldando seu caráter².

Mais do que ter esmaecido sua relação com o socialismo, o PT tornou-se alvo de toda sorte de crítica e resistência da esquerda nacional, sobretudo marxista, particularmente desde a vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002. Não se trata de imaginar que o PT tenha somente desfrutado da total confiança política nos anos que se seguiram à sua fundação até ascender ao poder executivo federal. Principalmente no curso da década de 1990, o partido, seus dirigentes e lideranças públicas viram sua popularidade crescer, como atestam os sucessos eleitorais que obtiveram, em proporção semelhante às suspeitas quanto ao seu esgotamento político. Mas não se pode deixar de indicar que à época de sua primeira vitória eleitoral, a despeito de qualquer certeza sobre os reais compromissos do partido àquela altura, *o PT comparecia como uma alternativa eleitoral para a esquerda*. Mesmo entre as seções que não se identificavam com a liderança política do PT e de Lula, entendia-se que a não eleição do candidato de FHC era uma oportunidade para a reorganização da luta social no Brasil. Com base nesse critério, a derrota do neoliberalismo consistia então na causa do chamado ao voto em Lula naquele momento (ARCARY, 2010). Ocorre que após mandatos presidenciais sob o petismo, parece claro que uma alternativa se faz necessária, e não apenas para os adversários do lulismo, mas para seus partidários também. Como se o lulopetismo tivesse exaurido sua capacidade para dirigir uma “guinada à esquerda” no Brasil, relevando-se inapto em levar à realização política no âmbito do Estado o conjunto de demandas e reivindicações que tradicionalmente acompanham a luta social no país. Tendo em conta a existência de uma importante polêmica com relação à natureza do governo Lula face ao neoliberalismo, abordarei a controversa questão do neodesenvolvimentismo.

I

Em *Wall Street: o dinheiro nunca dorme* (2010), o personagem Gordon Gekko reconstrói sua vida realizando palestras após cumprir pena de prisão por fraudes financeiras. Revelando para uma plateia a realidade que, segundo ele, as

² Na resolução “O socialismo petista”, militantes egressos do cristianismo social, das doutrinas laicas de revolução comportamental e dos socialismos e marxismos existentes, além do sindicalismo, entre outros, são enumerados para descrever a noção petista de socialismo (1990, p. 2).

pessoas desconhecem e, por isso, determina suas vidas, Gekko assegura que “a origem de todo mal é a especulação”. A mensagem do mítico acionista no início da película, ao meu ver, poderia ser estimada como o próprio sentido de todo anticapitalismo contemporâneo. Comum às mais diversas tendências da esquerda atual, geralmente se entende que a busca por lucro sob as condições do “livre mercado” revela a natureza mais profunda do capitalismo. Tendo em vista que desde os anos de 1970 os mecanismos de contenção e direção política sob a forma do *welfare* foram progressivamente desfigurados, *o ocaso do modelo keynesiano de intervencionismo estatal é interpretado como uma ofensiva do capital contra o trabalho*. Como se o exercício do poder dos capitalistas sobre o trabalhadores dependesse da liquidação dos instrumentos de controle do mercado exercidos pelo Estado e arranjados pela mobilização da classe trabalhadora. Para as coordenadas básicas do discurso antissistêmico contemporâneo, que amparam os sentidos utópicos vigentes, restituir e requalificar os direitos do trabalho contra os interesses do capital exige uma orientada submissão da economia à política. Numa palavra, subtrair a economia da lógica mercantil para afirmar politicamente sua gênese social – a saber, a produtividade do trabalho – é o que aspiram os afiliados a esse pensamento para reivindicar o controle do Estado sobre o mercado. Decerto que o domínio requerido não envolve uma apologia de tipo soviética do Estado, mas deriva da ideia de que o “livro mercado” perverte o sentido da produção do trabalho, e da própria sociabilidade humana por consequência.

Para relevantes debatedores, o neoliberalismo tende à demonização do Estado e idolatria do mercado (BORÓN, 2007). Certamente existem inúmeras nuances em relação a essa interpretação, mas creio ser lícito indicar que *o neoliberalismo é percebido por seus críticos como uma forma de mercantilização da vida social, pois converte em processos de compra e venda direitos historicamente conquistados*, desatando o capitalismo dos compromissos políticos e sociais que foi constrangido em assumir ao término da Segunda Guerra Mundial (Sader, 2009, p. 147). Para Quijano (2004), importante referência de intelectual latino-americano crítico do capitalismo contemporâneo, a hegemonia neoliberal conduziu a região à estagnação econômica e a instabilidade social. Seu diagnóstico adverte que os mercados financeiros, através do duplo movimento de ampliação da esfera privada e restrição da esfera pública, procuram regular políticas de Estado para favorecerem fundos que “nunca se destinam a investimentos verdadeiros, mas a títulos de propriedade que compram e vendem em função de movimentos especulativos” (Chesnais, Sefarti & Udry, 2005, p. 290). Entre outras coisas, poder-se-ia considerar que a colonização do Estado por agentes do mercado e seus interesses privados *estaria voltada à dissolução dos dispositivos de regulação das atividades capitalistas que os trabalhadores forjaram, e pelos quais podem exercer um poder sobre a economia para usufruírem da riqueza que criam*.

Com base nesse esquema de interpretação, para contemplar os interesses da classe trabalhadora seria necessário atualizar os princípios gerais que fundavam a “economia política que sustentava o Estado de bem-estar social” (Chauí, 2007, p. 311). Ao meu ver, essa abordagem face ao neoliberalismo apresenta-se entre as mais variadas interpretações sobre o capitalismo contemporâneo, estando subjacente mesmo entre aquelas que seguramente não postulam o *welfare* como um horizonte crível, desejável ou efetivo para superar a dominação burguesa.

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho [...] e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços [...]. O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos (Netto & Braz, 2011, p. 238).

A noção de que o funcionamento do capitalismo envolve uma espécie de rendição do Estado em suas funções públicas e sociais ante ao mercado pode ser buscada em seus apologetas. Não apenas os atuais críticos do capitalismo o consideram assim como também seus mais clássicos ideólogos, como demonstram as reflexões de proeminentes pensadores liberais, para quem *o intervencionismo estatal surge como intrusão nas funções naturais do mercado e de toda economia*. Como é bem sabido, Friedrich Hayek promoveu um ataque à defesa do controle do Estado sobre o mercado. Para ele, os “planejadores modernos”, por considerarem a liberdade econômica causa da desigualdade social, prescrevem modos de intervenção política para cerceá-la, ferindo de morte o capitalismo, mas não apenas. O controle estatal sobre o mercado também arruinaria todo o desenvolvimento social obtido graças às liberdades e igualdades burguesas, de maneira que essas “ideologias coletivistas” seriam sobretudo uma ameaça civilizatória. A influência dessas ideias, atribuídas por Hayek tantos aos fascistas quanto aos socialistas, tornava-se especialmente dramática porque se estendia a círculos dotados de reconhecido espírito democrático. Para o autor, embora fossem anunciadamente contrários ao totalitarismo que avançava pelo “mundo livre”, muitos de seus contemporâneos deixaram-se simpatizar por elas, sem examinarem que seus meios contrariavam suas finalidades. Aludindo a comentários de Adam Smith sobre a opressão e tirania dos governos, Hayek afirmava que o socialismo havia se tornado uma doutrina capaz de convencer liberais sobre a necessidade de submeter toda vida econômica ao Estado (1987, p. 56).

Numa conjuntura posterior e mais favorável, Milton Friedman conferiu nova extensão ao pensamento hayekiano. Para ele, qualquer estabilidade politicamente intencionada e/ou realizada demanda mecanismos que subtraem do mercado seu dinamismo, função e poder social. Alertando sobre o profundo prejuízo provocado pelas teorias do equilíbrio que critica, declaradamente as de corte keynesiano, cuja ancoragem decorreria da “expansão contínua das atividades governamentais” (1984, p. 76), Friedman conclui que suas premissas e princípios deveriam ser vistos à luz da evolução histórica dos últimos séculos, em que se comprovaria que as experiências de centralização econômica são incoerentes com o progresso do bem-estar social. De acordo com sua interpretação, quaisquer que fossem as motivações, a despeito da natureza de sua finalidade, as “flutuações” do mercado devem ser politicamente acompanhadas sem a utilização de fatores exógenos à própria livre concorrência. Tais críticas, de fato, ganharam altura conforme as dificuldades do Estado nos países centrais em cumprir com suas responsabilidades sociais se tornaram patentes. Em geral, credita-se ao endividamento público a necessidade do ajuste que impôs uma inflexão definitiva ao modo de administração da economia de mercado que vigorava desde o pós-45, para restaurar nas condições de sua atualidade as funções normais ao capitalismo, de maneira que a renovação de um novo ciclo econômico se tornasse possível e a retomada do crescimento não mais tardasse. A remoção dos métodos de supervisão e planejamento comuns às práticas intervencionistas, relacionadas às teorias do equilíbrio mencionadas por Friedman e acusadas como as responsáveis pela crise econômica que eclodiu nos anos de 1970, foi tornada uma condição para a recuperação das economias capitalistas à época.

Ainda que historicamente a política concebida por esses teóricos seja outra no âmbito de sua consecução, comumente se considera que a “ofensiva neoliberal” empreendeu esforços para assegurar economicamente a estabilidade monetária e financeira, privatizar empresas estatais, entregar à iniciativa privada a prestação de serviços públicos, flexibilizar relações contratuais de emprego, abrir o mercado nacional para sua integração ao global etc. Sabidamente, o discurso sobre o “Estado mínimo” é sempre mais bem delineado se interpretado para além dos jargões usuais. De toda maneira, ao meu ver, esse lugar comum pode servir *caso sinalize que o modo neoliberal de abordar problemas econômicos e sociais recomenda que resoluções satisfatórias não podem ser buscadas no Estado, mas no mercado*. De certo modo, pode-se dizer que a atitude neoliberal em relação ao Estado está baseada num forte compromisso com sua disciplina fiscal, mas sem negligenciar as possíveis e prováveis contribuições estatais num sentido geral. Não resta dúvida de que essa orientação tem como pressuposto “a evidente incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (Harvey, 2006, pp. 135-136), de modo que ao falar da redução do Estado, o que se está a dizer é somente que a coordenação das ativi-

dades econômicas devem ficar ao encargo do mercado, mas é sempre conveniente que o ato de supervisioná-las tenha no ente estatal um parceiro. Nesse sentido, a “demonização” do Estado é apenas um *modo de prospectar uma centralidade para o mercado na agenda de crescimento e desenvolvimento que todo capitalismo deve perseguir*.

II

Mesmo que jamais tenha havido no Brasil um Estado de bem-estar social, ainda assim o neoliberalismo encontrou barreiras para se afirmar política e economicamente no país. A tarefa de “desmontar o Estado” foi conduzida nos anos de 1990 e coube sobretudo ao governo FHC que, ao ascender ao poder, declarou o getulismo como uma página a ser virada (Sader, 2013, p. 137). O ideário modernizador articulado pelo discurso neoliberal, que predominava à época, estava plasmado nos princípios gerais do *Consenso de Washington*³ e encontrou no governo tucano uma representação local. O manifesto engajamento de FHC com essa política fez com que o escolhido para representar a continuidade de seu governo se tornasse o alvo a ser combatido para a superação da “grande noite neoliberal” no Brasil. Creio que é possível dizer que o modo tucano de governar foi abjurado por setores organizados da sociedade brasileira, perdendo qualquer capacidade de aderência ideológica mais ampla no contexto das eleições presidenciais de 2002, vindo a contribuir decisivamente para uma tendência generalizada de apoio ao candidato do PT. Apesar de já naquela circunstância não desfrutar da credibilidade política que um dia tivera, o petismo certamente encontrou respaldo na sua luta eleitoral contra o candidato da “Coligação Grande Aliança”, que tinha PSDB, PMDB e o antigo PFL, entre outras entidades civis e organizações sociais. O programa de governo para a presidência do Brasil apresentado por Lula em seu primeiro pleito eleitoral vitorioso, apesar de não ter suscitado nenhuma expectativa mais radical entre os mais lúcidos, sugeria algum esforço para reorientar a forma de administração do Estado brasileiro (2002, pp. 52-53). Mesmo a famigerada *Carta ao Povo Brasileiro* (Lula da Silva, 2002) manifestava, ainda que ao seu próprio modo, uma crítica ao modelo neoliberal, quando sugeria que a política econômica praticada pelo governo FHC subtraía do país seu potencial produtivo por não buscar no investimento público uma alavanca para o crescimento econômico e desenvolvimento social.

Em linhas gerais, é possível estabelecer uma linha satisfatoriamente lógica entre o *socialismo petista* militante e sua *realpolitik* governista. Sem entrar no mérito da natureza do processo de transformação do PT ao longo dos anos, cujo flagrante revisionismo teórico, político e ideológico de seu discurso pode ser atri-

³ Ver Carcanholo (2008).

buído tanto à capitulação quanto à renovação da “práxis revolucionária” (dependendo da taxionomia que baseará o juízo)⁴, *a noção de que o Estado deve prevalecer face ao mercado sempre consistiu um importante axioma para o partido*. Notoriamente, o petismo recusou o socialismo realmente existente e o modelo socialdemocrata não para aderir à ideologia do livre mercado das democracias capitalistas, mas para construir uma concepção de mundo anticapitalista. Para garantir uma articulação entre socialismo e democracia não somente para se dissociar das experiências anticapitalistas do século XX, como também para reconstruir uma via positiva para o socialismo do século XXI (Genro, 2008), o petismo histórico, ainda que acompanhado por tensões e contradições internas, *nunca hesitou em identificar no Estado um importante fator para a defesa dos trabalhadores*. Como declarado nas resoluções do seu segundo congresso nacional (1999), enquanto partido pós-comunista e pós-socialdemocrata, o PT compreendia que a luta contra o capitalismo no Brasil implicava *o refinanciamento do Estado para reverter o sentido usual das atividades econômicas do país*. Repulsando a hegemonia neoliberal, o partido imaginava que a derrota de FHC dependeria de sua capacidade para organizar um amplo “bloco histórico”, aliado de modo não sectário às “demais forças democráticas” do país, para que então um “desenvolvimento alternativo” emergisse (1999, p. 40).

A noção de que o Estado desempenha um papel central na economia, sem o qual os interesses das classes trabalhadoras não podem ser afirmados, subjaz à ideia de desenvolvimento nacional que o partido vem delineando (1995, p. 10). Pressuposta a orientação pós-soviética e pós-socialdemocrata reivindicada pelo PT, as funções políticas de controle do Estado sob a economia exsurtem como importantes porque abririam ao país novas possibilidades de desenvolvimento, caso estivessem sob a orientação social das maiorias democráticas e progressistas. No entanto, para essa interpretação, como o modelo de crescimento e desenvolvimento hegemônico na sociedade brasileira decorria de uma orientação política que tornava o mercado protagonista na agenda nacional, *o Estado se restringia aos interesses privados das elites do país*. Manter resistência contra essa agenda significava retomar a capacidade de iniciativa do Estado em relação ao mercado. Todo o esforço para a construção de uma alternativa ao neoliberalismo, como parte de uma luta estratégica mais ampla contra o capitalismo, estava conectado ao grande valor do Estado no conjunto das relações sociais. Resgatar seu “protagonismo” para antepô-lo às discrepâncias geradas pelo “imperativo do lucro”, para o petismo, orienta sua distinção política face ao PSDB, e sua ideologia anticapi-

⁴ Coutinho (2013), importante referência crítica para a esquerda brasileira, já sinalizara o “revisionismo” como um momento necessário à conservação da atualidade política e teórica do marxismo. A questão, isso é, a transformação do PT, pode ser igualmente encontrada entre adversários e partidários do lulopetismo (Iasi, 2012; Pomar, 2013).

talista. Do ponto de vista do petismo e do lulismo, observados seus dois programas presidenciais de governo vitoriosos, ao conferir prioridade às políticas sociais no lugar das fiscais, o crescimento econômico nacional estaria submetido a um modelo de desenvolvimento centrado no interesse público e social (2002, p. 2; 2006, p. 10). Em suma, como descrito pelo “decênio petista”, a própria diferença entre o governo Lula e o governo FHC poderia ser situada na concepção de Estado que cada um guarda, e através da qual a posição de cada qual sobre o neoliberalismo pode ser aferida e, conseqüentemente, seus lados políticos nas lutas sociais (2013a, p. 9).

Lutar pela democracia, sem repetir o reformismo socialdemocrata, e lutar contra a exploração, sem reprisar o totalitarismo soviético, são dois modos distintos de orientar uma política anticapitalista, assim como não vacilar com os ideais emancipatórios construídos pelo marxismo, de acordo com o petismo. Mas certamente deve-se perguntar em que medida a peleja do PT contra o PSDB pode ser incluída na trajetória das lutas socialistas e do marxismo. Para os militantes socialistas do lulopetismo, o projeto a ser realizado pela esquerda deve pôr o desenvolvimento nacional como via de superação do modelo estabelecido com FHC porque, afinal, ele atualiza a subordinação histórica do país ao “grande capital”. De acordo com as resoluções do terceiro congresso do partido, impor perdas ao capital financeiro para destravar o “desenvolvimento das forças produtivas” (2007, p. 40) proveria os meios para elevar o padrão de vida dos explorados tanto quanto armá-los contra a opressão capitalista. Na interpretação do petismo sobre o complexo de problemas que envolvem o capitalismo contemporâneo, apesar de por décadas ter sido reprimido pelos tipos de intervencionismo que prevaleceram e lhe impuseram moderação, o sistema capitalista teria retornado à sua expressão mais perversa sob o “totalitarismo mercantil neoliberal”, ao enclausurar o público e subordiná-lo ao privado. No universo teórico e ideológico de seus partidários, considerando as circunstâncias históricas, a contribuição política local do governo Lula para o objetivo geral da luta contra o capitalismo seria desconstruir o consenso neoliberal e impor-lhe uma alternativa (Pomar, 2006).

Evidente que a grande questão é sempre aferir o êxito desse esquema através da análise do governo Lula. Destacadamente, ao meu ver, prevalecem duas atitudes para a defesa do lulopetismo para subsidiar a hipótese da ruptura do governo Lula com o governo FHC. Com respeito às proposições de Sader e outros sobre o *pós-neoliberalismo*, a primeira das duas a que me refiro, não cabem maiores considerações em vista do que pretendo no presente texto. Com relação a segunda, o debate *neodesenvolvimentista*, deve-se destacar que entre 2005 e 2006 teria havido uma “inflexão” no governo Lula. Segundo Dias e Pochmann (2010), o país abriu nesse período um ciclo econômico com base numa ideia de crescimento distinta da que perdurou sob a agenda neoliberal de FHC, apesar de nos dois primeiros anos do mandato presidencial de Lula, de acordo com os pró-

prios pesquisadores, o exato oposto estar sugerido na Reforma Previdenciária de 2004. Evidente que é possível considerar que o neodesenvolvimentismo se situa numa zona nebulosa ou de indeterminação, mas é plausível estimar que seus enunciados fundamentais derivam de uma proposta de articulação entre o pensamento keynesiano e o cepalino. De acordo com Michel, Paula e Siscú (2005), as origens conceituais do desenvolvimentismo petista é decerto múltipla, e como política se caracteriza pela proposição de alternativas para o crescimento econômico tendo como base a superação da desigualdade social. Os autores compreendem ter havido com o governo Lula, apesar de um início claudicante, a retomada do crescimento após o período de estagnação econômica enfrentado pelo Brasil nas últimas décadas do século XX. A combinação de fatores variados e diferentes entre si, como a manutenção de uma ortodoxia macroeconômica de feição liberal e a ação dos bancos públicos no financiamento no mercado nacional, denotaria uma articulação positiva entre Estado e mercado para o progresso social, passível de ser indexada como neodesenvolvimentista.

Contrário ao axioma da “mão invisível” de Smith em todas as suas versões, *o modelo lulopetista de desenvolvimento teria almejado ser uma alternativa capaz de combater os males do capitalismo brasileiro ao ambicionar a regulação estatal para garantir a funcionalidade do sistema financeiro dentro de uma perspectiva mais ampla de crescimento econômico*. Para o modelo, o sistema financeiro do país precisaria contribuir para a produção e a geração de emprego nacional, retirando-se da infértil ciranda especulativa a que esteve aprisionado nos anos de 1990 e que, ao ver dos neodesenvolvimentistas, *fez nada pelos trabalhadores e muito pouco para os empresários, porque subtraiu da economia brasileira seu enorme potencial produtivo*. Condição necessária para seus correligionários, ainda que não suficiente, a manutenção das condições favoráveis à economia brasileira deveria ser supervisionada pelo princípio de que a justiça social só poderia ser conquistada por meio de políticas públicas e sociais, através da ação diretiva e intervencionista do Estado.

A estratégia de ação do governo Lula, mesmo sem abandonar o desenho básico do regime fiscal implantado na gestão FHC, alterou a lógica (e a intensidade) da política fiscal e retomou a determinação, de caráter keynesiano, de usar o Estado como instrumento de apoio ao capital privado e de agente capaz de impulsionar a expansão da demanda agregada. O governo, com este propósito, defendeu a revitalização da ação pública a favor da retomada do investimento e recorreu a vários mecanismos que haviam sido negligenciados no momento anterior por não se coadunarem com o objetivo central da política fiscal (Carneiro et alli, 2011, p. 31).

É correto afirmar que as condições propostas por esses pesquisadores para a análise do Brasil contemporâneo não são consensuais. Comumente, os críticos de esquerda ao governo Lula rivalizam com elas. Em geral, para desconstruírem o discurso desenvolvimentista dos partidários do lulopetismo, seus adversários dirigem-se às suas bases para desfazê-lo. Nesse particular, dois pesquisadores têm revelado maior força para expor as contradições do governo Lula. Em *Desenvolvimento às avessas* (2013), Gonçalves procura descortinar a farsa que deforma a percepção social do modelo petista. Sua intenção é trazer ao conhecimento geral as incoerências da administração lulista do Estado brasileiro, do ponto de vista das resoluções executadas e/ou imaginadas pelo próprio petismo para a grande agenda nacional de desenvolvimento. De acordo com o autor, trata-se de uma impostura apoiar o governo Lula na medida em que, no essencial, o seu desenvolvimentismo estaria comprometido com as prioridades basilares de todo o liberalismo realmente existente, incluindo sua versão tucana nacional. Comparativamente, o desenvolvimentismo petista sequer poderia ser associado ao antigo nacional-desenvolvimentismo, em razão de sua inconfessada proximidade com o neoliberalismo de FHC (2012, p. 15). Para Gonçalves:

A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flutuante) não os impede de defender equilíbrio fiscal e taxa competitiva de câmbio, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimento estrangeiro direto). O novo desenvolvimentismo aproxima-se também do Pós-Consenso de Washington ao enfatizar reformas centradas na correção de falhas de governo e de mercado (2012, p. 20).

Nos últimos anos, a contribuição teórica à polêmica desenvolvimentista tornou-se politicamente importante para a oposição de esquerda ao lulopetismo. Explorando clássicos da teoria social brasileira (Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, entre outros), algumas análises esclareceram o caráter “ilusório” da ruptura petista com o tucanato. De acordo com Castelo (2012), o aspecto progressista e modernizante do discurso petista sobre o Brasil com Lula se realiza na decadência ideológica da economia política brasileira contemporânea. Resgatando a evolução do pensamento econômico e social latino-americano, para o autor, o petismo tão somente replica uma certa fraseologia que influencia os processos políticos da região desde 1930, como se houvesse nela uma novidade com potencial transformador. Para Castelo, o revigoreamento da ideologia desenvolvimentista, a partir do sufixo “novo”, “neo” ou “social”, marca apenas a indigência teórica do partido bem como sua subserviência política. Enfatizando o caráter apologético do discurso neodesenvolvimentista, Castelo

argumenta que sua aparição, menos que uma inovação da imaginação política do lulopetismo, origina-se na crise do neoliberalismo. A consistência desse discurso decorreria então do esgotamento político, econômico e social do modelo neoliberal, alegando que um outro modelo deveria surgir para o capitalismo seguir seu fluxo. O ajustamento promovido pelo capital veio a desaguar no “social-liberalismo”, que, segundo Castelo, tem no modo petista de governar com Lula sua expressão brasileira.

As classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento à “globalização” para reduzir as tensões sociais e políticas [...]. Esse ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho (2013, pp. 121-122).

Com enfoques distintos sobre o atual debate desenvolvimentista que envolve o lulopetismo, Castelo e Gonçalves seguramente fornecem um abrangente quadro crítico para uma análise do governo Lula e sua relação com neoliberalismo. Seus estudos permitem deslindar o “ecletismo” que orienta as premissas do neodesenvolvimentismo, trazendo à luz sua intimidade com o universo teórico e político conservador. Como demonstram os autores, a eficácia político-ideológica do neodesenvolvimentismo está escorada em indicadores parcialmente selecionados, unilateralmente considerados, respaldados no efeito marginal de suas iniciativas, além de estar ajustada aos interesses gerais da burguesia local tanto quanto está integrada às expectativas do capitalismo internacional. Mas, ao meu ver, *convém ter atenção com o fato de que nem para o lulopetismo o desenvolvimento delineado prática e conceitualmente sob o governo Lula pode ser considerado unívoco*. Nesse sentido, pouco se obtém, para fins de crítica ao neodesenvolvimentismo, quando se demonstra que sua gênese decorre do “tinteiro” de um tucano (Castelo, 2012). Por exemplo, não se deve negligenciar que a questão das “origens” da orientação neodesenvolvimentista do governo Lula, incluindo sua articulação com o pensamento de Bresser-Pereira, está amplamente exposta no balanço que o petismo promoveu com sua fundação institucional sobre o conceito de desenvolvimento (Partido dos Trabalhadores, 2013). Vale destacar também que a estratégia de elencar quais variáveis devem ser priorizadas e quais precisam estar subordinadas para a composição de um quadro descritivo mais próximo à realidade das medidas e resultados do governo Lula para aferir o quão

distante ou próximo ele esteve de realizar uma ruptura com o neoliberalismo, sem restringir-se aos esquemas de representação incapazes de ultrapassar a “aparência” e relevar a “essência” do “enigma Lula” (Sader, 2009, p. 81), certamente não é um patrimônio exclusivo daqueles que criticam o lulopetismo. Dependendo do ângulo em que se aborda o capitalismo brasileiro contemporâneo, com base no mesmo procedimento, pode-se inclusive introduzir a hipótese de que o governo Lula agenciou um Estado de bem-estar social no Brasil (Pochmann, 2010).

Claro está que não podem pairar dúvidas sobre a excelência dos pesquisadores e a validade de seus pontos de vista sobre a relação do governo Lula com o neoliberalismo e o modo como distinguem o neodesenvolvimentismo. Acredito igualmente que a firmeza ideológica e o compromisso político dos debatedores envolvidos nessa polêmica, a despeito da posição que assumem face ao lulopetismo, são inquestionáveis. Posto isso, ao meu ver, *deve-se assinalar a persistência do impasse*. Para fins de uma análise crítica do lulopetismo, tendo em vista que tudo leva a crer que uma grande massa de trabalhadores no Brasil encontrou no governo Lula um representante, e ao que tudo indica assim permanece, deve-se admitir o fracasso teórico e político para demonstrá-lo como um emissário dos mesmos interesses que vigoraram no país à época de FHC. Admitido de tal modo o atual problema, valeria considerar que tanto adversários quanto partidários do lulopetismo têm percebido e apanhado com precisão os processos materiais que configuram a realidade efetiva do objeto que analisam, através dos recursos teóricos e metodológicos que informam, *mas não a sua constituição histórico-social*. Em outras palavras, creio que ao situar o debate sobre o neodesenvolvimentismo dentro do universo conceitual próprio à economia política para tematizar o governo Lula, seus críticos não puderam, não têm podido e provavelmente não poderão realizar seus fins. *Creio que seria proveitoso avaliar que uma crítica ao governo Lula precisaria subtrair-se do circuito epistemológico em que está situada, no qual ele tem sido explicado sob os mais variados e antagônicos enfoques*. Em certa medida, o gesto crítico que proponho é símile àquele realizado por Marx, em 1843, em seus manuscritos econômicos, quando avaliou a capacidade dos teóricos da “economia nacional” em explicar com sua própria linguagem o mundo de maneira realística e factível, para então vir a criticá-los (2009, p. 79).

III

Se para os partidários do neodesenvolvimentismo prevalece a hipótese de sua ruptura com o neoliberalismo, enquanto que o inverso, a saber, sua continuidade, vale para seus adversários, e se ambos argumentam que esse desacordo provém de uma distinta interpretação sobre o lulopetismo, *compreendo que seria oportuno deslocar o cerne da análise do governo Lula para então criticá-lo*. Ademais, vale ponderar que embora haja uma profunda conflagração quanto ao

neodesenvolvimentismo, subjaz uma acentuada concordância em relação ao neoliberalismo, como procurei demonstrar. Evidente que minha intenção não é sugerir que inexista uma importante discordância entre as posições teóricas e políticas que envolvem a discussão sobre o governo Lula e o neodesenvolvimentismo. Não procuro fornecer uma leitura mais “adequada” da modalidade de desenvolvimento exercida pelo petismo ou sobre aquela que o antecedeu com FHC, nem relativizar as coincidências e divergências indicadas por inúmeros pesquisadores. Num sentido preciso, replicando Marx e Engels em 1844, diria que a polêmica político-econômica vivida no Brasil hoje seria homóloga à filosófica da Alemanha de ontem:

Strauss desenvolve Hegel a partir do ponto de vista de Spinoza, Bauer desenvolve Hegel a partir do ponto de vista fichteano [...]. Ambos criticaram Hegel na medida em que, para ele, cada um dos elementos é falsificado pelo outro, ao passo que eles dois desenvolvem cada um dos elementos em uma elaboração unilateral, e portanto, conseqüente... É por isso que em suas críticas ambos vão além de Hegel, mas ambos permanecem também dentro de sua especulação e representam, cada um dos dois, apenas um lado de seu sistema (2011, pp. 158-159).

Para seguir às considerações finais da aproximação introdutória que propus para essa discussão no presente texto, eu diria ainda que a atual contenda em torno da tese neodesenvolvimentista é da mesma natureza daquela que Marx criticou a respeito das provas e contraprovas sobre a inexistência de Deus⁵. Assim, com relação à análise do governo Lula e ao impasse teórico e político que, ao menos em minha leitura, tem atado as forças sociais que lutam para a superação das iniquidades que marcam toda a história brasileira e atingem a grande maioria da população do país, *convém retomar a teoria social de Marx sobre a moderna sociedade capitalista*. Acredito que sem uma compreensão crítica da natureza e historicidade do capitalismo, uma análise do governo Lula tende a ficar enredada no conjunto de problemas que tem proporcionado tão somente a manutenção indefinida da controvérsia atual. Penso que sem uma teoria crítica do capitalismo não se pode abordar as questões que envolvem o lulopetismo, sobretudo àquelas relacionadas aos temas do Estado e do mercado – principalmente se admite-se que o capitalismo é um sistema social que transcorre historicamente em ciclos de crise e entrecrise econômica, em que sua reprodução deve ter que rearranjar sua forma político-institucional, através da qual a *conexão antitética entre Estado*

⁵ Em sua ontologia, Lukács refere-se à tese de doutoramento de Marx, na qual há uma objeção à crítica que Kant dirige às provas lógico-gnosiológicas sobre a existência de Deus, para assinalar que o pensamento marxiano toma a realidade social como critério último do ser ou do não-ser dos fenômenos que analisa (2012, pp. 283-284).

e mercado é continuamente transformada para atualizar a sociabilidade da época burguesa. Assim, pressuposta não apenas a natureza estrutural de suas crises, mas também do conflito de interesses próprios à moderna sociedade capitalista, nada mais natural que certos períodos históricos sejam alçados política e ideologicamente como modelos a serem generalizados ou referências a serem perseguidas por determinados sujeitos políticos e seus respectivos projetos de sociedade.

Assumindo com Duayer (2012) que crítica só pode ser crítica ontológica, *acredito que uma abordagem do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo para uma análise do governo Lula precisa guiar-se por uma crítica ontológica do capitalismo.* Numa palavra, se do ponto de vista ontológico, pensar significa pensar as coisas em seu próprio ser, uma análise crítica do governo Lula depende de *uma teoria social crítica do ser da moderna sociedade capitalista.* Acredito que apreender ontologicamente essa sociedade implica em compreender tanto sua gênese histórica quanto sua dinâmica, do que então se torna possível abordar criticamente o lulopetismo para além da polêmica sobre o caráter neoliberal ou neodesenvolvimentista do governo Lula. Se a função da crítica ontológica é expor os mecanismos generativos que estruturam a realidade, *mais do que simplesmente cotejar, registrar e salientar certos efeitos causados por eles* a partir de critérios presumidos ou enunciados de observação e análise, pode-se aventar sua serventia para uma crítica ao governo Lula. Mais fundamentalmente, entendo que o procedimento pode promover o necessário à *crítica do lulopetismo e sua noção de desenvolvimento, sem contestá-lo como uma tese de resistência ao neoliberalismo tucano.* Aceitando a realidade social como o critério último para aferir a objetividade de uma prática ou ideia, é possível sustentar que *a diferença entre esses modelos existe conforme reivindica politicamente o lulopetismo, mas apenas na mesma medida em que eles são socialmente indistintos do ponto de vista reprodução histórica do sistema.* Para fazê-lo, como dito acima, seria necessário basear-se numa teoria crítica da gênese dessa sociedade, da sua estrutura e da sua dinâmica histórica. Nesse sentido, um excuro sobre a proposta teórica de Postone (2014) sobre o pensamento marxiano seria de grande valia. De acordo com o autor, ao reinterpretar as categorias fundamentais da teoria marxiana para analisar a moderna sociedade capitalista, a saber, valor e capital, tornar-se-ia possível entender o caráter essencial da forma de sociabilidade característica dessa época tanto quanto suas configurações históricas, em suas variações políticas, econômicas, culturais e sociais. Segundo Postone, cada conjuntura tem sido acompanhada por um modo de crítica teórica e política, mas sem que se possa esclarecer estruturalmente a emergência de cada uma dessas configurações em suas conexões, alteridades e tensões bem como seu sentido ulterior e sistêmico.

De acordo com o Postone, apesar de importantes nuances, toda tradição marxista converge para o entendimento de que as relações sociais no capitalismo são estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e por uma

economia de mercado autorregulada, da qual decorreriam as relações de exploração e dominação de classe. Outrossim, a superação socialista do capitalismo implicaria na emergência da propriedade coletiva dos meios de produção e na superação do mercado como instância mediadora das relações sociais. Essa interpretação derivaria do modo como classicamente a tradição marxista compreendeu a categoria “trabalho” na teoria crítica de Marx sobre o capitalismo. Postone considera que *a tradição marxista desenvolveu uma noção transhistórica dessa categoria*, por meio da qual tem mantido sua crítica às relações sociais capitalistas. O marxismo tradicional, segundo sua reinterpretação, entende que o trabalho é fonte de riqueza social em qualquer época histórica, quando, na verdade, com base em Marx, deveria compreender que *o trabalho constitui as relações sociais apenas no capitalismo*. Ao invés de restringi-lo à forma social capitalista como ocorre na teoria marxiana, os marxistas teriam tomado o trabalho como a fonte da vida social em geral. Com isso, a noção de dominação tradicionalmente sustentada pelo marxismo sugere que a forma burguesa de propriedade exerce uma função de mediação social exógena à sociabilidade, na medida em que a riqueza socialmente produzida pelo trabalho, origem da própria vida humana, é baseada em relações sociais de mercado e propriedade. Assim, *a estrutura teórica do marxismo tradicional procura revelar que a dominação social no capitalismo consiste na apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores*, de modo que sua emancipação social coincide com a retomada da riqueza criada por eles e retida pelos capitalistas. Então, segundo Postone, entre outros dilemas e impasses particularmente flagrantes no mundo contemporâneo, *essa leitura tradicional torna a análise crítica de Marx do modo de produção capitalista apenas num exame do modo de distribuição da riqueza produzida no capitalismo*.

Se as categorias da crítica da economia política se aplicam apenas a uma economia mediada por um mercado autorregulado e a apropriação privada do excedente, o crescimento do Estado intervencionista implica que essas categorias se tornaram menos ajustadas à crítica social contemporânea. Elas já não apreendem adequadamente a realidade social. Em consequência, a teoria marxista tradicional se tornou cada vez menos capaz de oferecer uma crítica do capitalismo pós-liberal (2014, p. 25).

Sem levar em conta os excessos dos apologistas do “Estado mínimo”, é evidente que o modelo de crescimento ancorado no *welfare* foi exaurido nas últimas décadas do século passado. Postone argumenta que tanto o padrão de desenvolvimento colapsado na Grande Depressão, centrado no mercado, quanto o que lhe sucedeu, mediado pelo Estado, mostraram seus limites (2014, p. 28). No entanto, o marxismo tradicional somente motivou análises unilaterais sobre o

sistema, restringindo-se à sua última manifestação. Ainda que saiba que crises são momentos constitutivos de sua reprodução, sua base teórica não pôde indicar a natureza bipolar desses ciclos, de modo a apreendê-los como transformações internas e necessárias ao *automovimento do capital*. Ao situar no descompasso entre o produzido e o distribuído o núcleo do sistema, seus críticos teriam perdido a especificidade histórica da dominação a que estão submetidos os indivíduos na sociedade moderna. De modo geral, o enfoque no antagonismo capital/trabalho encaminha considerações a respeito do arranjo adequado para uma distribuição igualitária do valor (*ao invés de sua abolição*), que impele a digressões sobre a relação antitética entre mercado e Estado e, assim, perde-se de vista que a teoria social de Marx sobre o capitalismo analisa o valor como contraditoriamente constituído pelo trabalho em conflito com o capital – portanto, como restrito às relações sociais da época burguesa (2014, p. 45). Isso é, sem notar que *a tensão entre o mercado e o Estado, intrínseca ao sistema porque ele depende dela, tem por condição intransitiva e estrutural a produção do valor, cuja forma de distribuição é relativa histórica e politicamente*.

Semelhante aos argumentos postoneanos, Kurz (1992) afirma que os discursos mais progressistas e contestadores desde os primórdios do capitalismo já reconheciam o caráter deletério da “mercantilização das relações sociais”. Como exemplo, o autor comenta a exortação política de Fichte em defesa do “Estado racional” contra o “Estado mercantil fechado” (1992, p. 40) em 1800. De acordo com ele, no lugar de Marx, *a especulação fichteana poderia ser considerada a base teórica da planificação econômica do modelo político que orientou a prática do socialismo do século XX*. Com base em Kurz, pode-se dizer que a regulação do mercado pelo Estado para a defesa do trabalho deve ser considerada imanente ao capitalismo. Como antagonismo e processo histórico que é, a ação do Estado ante ao mercado está determinada pela forma com que capitalistas e trabalhadores intervêm nas circunstâncias históricas que, nessa sociedade, criam para si tanto quanto encontram em si. Sob o argumento do autor, *a dissolução do sistema não se identifica com sobreposição do mercantil pelo estatal em nome dos trabalhadores, mas na abolição do valor como sistema que põe os indivíduos em articulação e conexão social*.

Essa contradição de Estado e mercado, que como contradição interna do Estado reproduz-se a si mesma e em que se manifesta o antagonismo irreconciliável da modernidade, produz então aquele movimento ondulatório em que domina ora o estatismo, ora o monetarismo, sem que jamais se alcance o equilíbrio de uma reprodução imperturbada (1992, p. 45).

Postone e Kurz procuram uma teoria social, alicerçada em Marx, para analisar o capitalismo. A intenção dos autores é prover uma crítica à sociabilidade dessa época com base no pensamento marxiano, capaz de lidar com as transições e mudanças qualitativas do sistema. Como eles, Heinrich (2008) também entende ser necessário reinterpretar a teoria de Marx. Separá-la da leitura tradicional do movimento socialista do século XX, baseado na defesa do trabalho e entusiasta do Estado, seria uma exigência para que fosse restituído seu poder crítico e significância social no mundo contemporâneo. O autor pondera que desde a desregulação do final do século passado até sua crise ao primeiro decênio do atual, *os discursos hegemônicos no campo da crítica ao capitalismo enfatizam o caráter destrutivo do livre-mercado*. Nesse contexto, o marxismo tem buscado revelar a apropriação capitalista do Estado sob os auspícios do consenso neoliberal. Em geral, por compreender sua captura por entes com interesses privados, as iniciativas orientadas por essa interpretação advogam sua desprivatização para que ele, o Estado, possa servir ao “interesse público”. Tratar-se-ia então, segundo Heinrich, de apossá-lo, ocupando-o para dispor de seus aparelhos e utilizá-los em benefício da classe trabalhadora – uma tese empiricamente plausível, mas conceitualmente desajustada à materialidade social do sistema em seu movimento histórico (2008, pp. 205-206). Apesar de historiograficamente viável, e consciente da ampliação do fenômeno estatal⁶, essa tese desconsidera o lugar do Estado para a reprodução do sistema e, principalmente, na estruturação da dominação social que caracteriza o capitalismo. Em outras palavras, ainda que pertinente para uma crítica à concepção restrita de Estado, por ser capaz de orientar práticas e discursos em âmbito institucional em nome do horizonte socialista, ela é disfuncional para uma crítica do Estado em formações sociais de tipo “ocidental”⁷. De fato, considerando seu mais recente avatar, a saber, o neoliberalismo, e as perspectivas antissistêmicas, o esquema proposto por Heinrich parece ser confirmado. As atitudes dos que pretendem superar o capitalismo, ao porem-se em defesa do socialismo, indicam correção em seu argumento. A reestruturação produtiva, por flexibilizar os direitos do trabalho para fazer imperar as demandas por lucro, pode ter servido para consolidar uma determinada imagem sobre a sociedade em que vivemos. As denúncias correntes à “febre especulativa”, cuja maior autonomia decorre das “contrarreformas neoliberais”, evidenciam engajamento e militância, mas também atestam incompreensão sobre as necessidades e imperativos da produção capitalista. De acordo com Heinrich, dando relevo à força destrutiva do financeiro, obscurecem-se os mecanismos da engrenagem produtiva bem como o vínculo daquele com esse e desse com aquele.

⁶ Ver Coutinho (2008).

⁷ Idem.

Pois é através da tensão entre o “financeiro” e o “produtivo”, em que ora prevalece um, ora prevalece outro, que o sistema social propriamente capitalista arranja sua coesão e dinâmica histórica.

Se o aumento da especulação é visto como a causa principal das doenças do capitalismo, passa-se a recomendar mais regulação; e, assim, a relação necessária entre o sistema financeiro e a produção capitalista é velada. Desse modo – ao menos tendencialmente – passa-se a contrastar um sistema capitalista “bom” com um “mau”, sendo este último um capitalismo financeiro especulativo. Não está pré-determinado, de modo algum, a quantidade e a qualidade da regulação necessária para controlar “efetivamente” os fluxos de capital. Nesse sentido, as demandas dos críticos da globalização por mais regulação não são necessariamente pouco realistas ou impossíveis de serem introduzidas (2013, p. 5).

Visto assim, ao meu ver, pode-se encontrar uma alternativa substantiva à polêmica que o presente artigo aborda. Assim considerada, abre-se uma possibilidade para reformular as coordenadas essenciais que orientam, sem maiores resultados até o momento, a discussão sobre o governo Lula. Penso que ponderações dessa natureza permitem outra conceituação da moderna sociedade capitalista e, por seu próprio turno, dão acesso para um caminho teórico em que o conflito político entre o PT e o PSDB seja encarado como um combate corpo a corpo que, no dizer de Marx, “não oferece vantagem para saber se o adversário é da mesma categoria” (2005, p. 148). Na atual forma do debate, *unilateralidades, economicistas ou politicistas, unem-se na indefinição que geram e da qual são resultado*. Do ponto de vista da teoria marxiana sobre o capitalismo à luz de sua crítica da economia política, deve-se considerar que oposições em geral não são capazes de dar conta do conjunto das relações que estruturam especificamente a época burguesa⁸. *Creio que a prudência teórica de análises como essas, por retroagirem ao conceito de capital para pensarem o capitalismo, oferecem uma imagem mais concreta da sociedade burguesa em sua historicidade*. Como já observado, mesmo os que apostam na objetividade implacável dos números como indicador último da verdade se veem questionados pelos mesmos dispositivos

⁸ Segundo Konder (2009, p. 104), a dialética que dá forma ao pensamento de Marx é ciente de importantes distinções no universo das relações entre o antagonismo e contradição. Também sobre o assunto, Bhaskar comenta que contradições dialéticas contrastam com as oposições ou conflitos “reais” tanto quanto com as oposições lógico-formais (1975, p. 117).

que usam para defenderem suas teses⁹. Acredito que a orientação dos autores mencionados nessa seção ou, mais precisamente, a fidelidade para com os problemas que assumem a partir da teoria marxiana, na medida em que se prestam a tematizar o capitalismo contemporâneo, permite um ângulo mais qualificado em relação à controvérsia desenvolvimentista – fazendo exposto o acordo subjacente ao desacordo que partidários e adversários do lulopetismo mantêm entre si, ainda que sem o saberem.

Conclusão

Minha intenção foi contribuir para uma crítica ao governo Lula. Procurei fazê-la sob o contexto do atual debate desenvolvimentista, no qual pesquisadores de diferentes áreas avaliam sua relação com o governo FHC para definir a posição do lulopetismo ante ao neoliberalismo. Mais do que reconhecer a divisão teórica e política em torno do problema, *busquei afirmá-la*. Acredito que seja impossível não reconhecer a indefinição em torno da questão tanto quanto o nível teórico e o compromisso político dos que se ocupam dela. Seja por figurar uma polêmica no campo da investigação e da pesquisa científica, seja por ainda motivar cisões políticas de relevante impacto entre as iniciativas identificadas ou influenciadas pelos discursos emancipatórios, não se pode considerar que exista um consenso sobre o lulopetismo, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. Presumindo a importância da teoria marxista para esse debate, enfatizei que sua presença é ostensiva à toda discussão. Ainda que o PT jamais tenha sido socialista ou marxista, defendi que tão pouco pode-se encará-lo alheio ao fato de ser até hoje influenciado por frações socialistas e marxistas.

Propus a dissolução da polêmica, sem tratá-la como puro discurso, em qualquer sentido que se queira. Parti do princípio da validade de suas teorias, assumindo-as como dotadas de capacidade analítica sobre o distrito que dominam. Como afirmei, salvo distorções incomuns para a excelência dos debatedores envolvidos, todos tendem ao acerto. Então, *sugeri que se o processo material analisado pode ser entendido como correto, trata-se então de buscá-lo em sua constituição real*. Ao meu ver, apesar dos marxistas serem os corresponsáveis pela contenda, a teoria marxiana apresenta a imagem de mundo mais compreensiva sobre a moderna sociedade capitalista. Socorri-me na reinterpretação de autores contemporâneos comprometidos com ela, mas críticos do marxismo tradicional. Entendo que são particularmente oportunas suas posições para tematizar o governo Lula porque exploram as dificuldades que o marxismo tem enfrentado

⁹ Como reconhece Castelo (2013a) ao comentar a posse de dados estatísticos que os afiliados ao discurso desenvolvimentista articulado pelo PT utilizam para basearem suas posições e contrastá-las aos argumentos de seus oponentes e seus respectivos números, informações etc.

para servir às iniciativas emancipatórias hoje. Pode-se afirmar que esses autores concordam, apesar de distintos entre si, que a teoria marxiana deve ser entendida como uma crítica da economia política e não uma teoria mais ajustada à realidade do fenômeno que essa ciência possui como objeto. Nas palavras de Jappe (2006), outro autor comprometido com a crítica ao marxismo tradicional, a teoria do valor de Marx não é uma doutrina para economia política, mas o núcleo central de seu pensamento sobre as relações sociais no capitalismo, nas quais o valor, de acordo com o próprio Marx, comparece como a “‘célula germinal’ de toda sociedade burguesa” (2006, p. 24).

Porque a análise marxiana consiste numa teoria da gênese dessa sociedade e não numa teoria econômico-política para a vida em sociedade, pareceu-me conveniente colher o argumento pela restauração da dimensão ontológica de sua crítica. Com ela, ao meu ver, lida-se mais qualificadamente com as transformações da forma social capitalista na medida em que seus ciclos de crise e entrecrise podem ser compreendidos como fases de sua reprodução, ainda que contraditórios entre si. O recurso confere melhor estatuto ao debate nacional em torno do neoliberalismo/neodesenvolvimentismo, cujo aparecimento histórico e distinção pode vir a ser pensado como uma determinação do e para o sistema¹⁰. Assim considerado, o enfoque da crítica da sociedade contemporânea baseada em Marx não recai em torno da apropriação do valor produzido, como está subjacente a todo discurso contrário às reformas neoliberais e às críticas ao desenvolvimentismo lulopetista, mas à produção em si. Sendo assim, o problema para uma teoria crítica dessa sociedade não é mais ocupar-se da relação entre Estado e mercado, prescrevendo receituários a seu respeito ou fazendo comentários acerca das distintas concepções de desenvolvimento e suas respectivas falácias – tal relação e seu significado social é historicamente relativo à produção do valor. De certa maneira, assim como os mistérios gregos não tinham nada de secretos para os gregos, deve-se considerar que os problemas do desenvolvimento capitalista são conhecidos pelo próprio desenvolvimento capitalista¹¹. Como diz Marx, “nada é mais corriqueiro do que a censura aos economistas políticos por conceberem a produção exclusivamente como fim em si. A distribuição é igualmente importante” (2011, p. 45). Portanto, ainda com Marx, para fins de ciência sobre o ser dessa sociedade, não existe mistério a ser revelado por detrás da forma-mercadoria, porque da própria, e não de um “conteúdo oculto”, é que devém seu caráter enigmático.

¹⁰ De certo modo, trata-se de reconhecer o mesmo que Mézáros ao considerar que, no essencial, o keynesianismo foi condição histórica para o monetarismo assim como esse foi, a rigor, o intervalo daquele (2012, p. 198).

¹¹ Em sua *Estética*, Hegel afirmara que o caráter místico do discurso grego sobre a constituição da realidade não devinha de um conteúdo inacessível a eles. Comumente cidadãos atenienses participavam dos círculos de iniciação para culto e adoração politeísta (2000, p. 199).

De certo modo, as palavras finais de Schwarz (1998) num texto sobre o seminário organizado por estudantes e professores da USP ao fim da década de 1950 para estudar *O capital*¹² servem para ilustrar a proposta geral desse artigo. Evidente que os dilemas nacionais não podem ser negligenciados em análises sobre a vida social e sua transformação, sobretudo quando se trata de países em que imperou um desenvolvimento capitalista qualitativamente diferenciado – questão que atravessa as análises sobre o objeto desse artigo. Por outro lado, ao menos à luz do pensamento marxiano, seria o caso de realocar tais dilemas para tratá-los criticamente: *pô-los à sombra de outros problemas teria por benefício iluminá-los de maneira que se tornassem mais ajustados à própria natureza dessa sociedade*. O inverso, a saber, dar-lhes preferência, os tornam opacos porque obscurecem aquilo que os ocasiona.

Como correspondia àqueles anos de desenvolvimentismo, o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar em direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que o capitalismo criou e de que aqueles impasses formam parte. Era lógico aliás que houvesse uma dose de conformismo embutida no projeto basicamente nacional, ou até continental, de tirar a diferença e superar o atraso, já que no caso os países adiantados (embora não as suas teorias sociológicas) tinham de ser dados como parâmetro e como bons. A parte da lógica da mercadoria na própria produção e normalização da barbárie pouco entrava em linha de conta e ficou como o bloco menos oportuno da obra de Marx (1998, p. 113).

Referências

- ARCARY, Valério. “1989, 2002, 2006, 2010”. In: Site do PSTU, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/evl20b>>. Acessado em: 05/11/2015.
- BHASKAR, Roy. *Uma teoria realista da ciência*. London: Verso. Tradução Mario Duayer. 1975. *mimeo*.
- BORÓN, Atílio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz & Terra, 2007.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington”. In: *Análise Econômica*, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/NJnBtQ>>. Acessado em: 05/11/2015.

¹² Ver Schwarz (1998).

- CARNEIRO, Ricardo. "O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos". In: Rede Desenvolvimentista, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/iNaLBX>>. Acessado em: 05/11/2015.
- CASTELO, Rodrigo. "O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento brasileiro". In: Scielo, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/nH8oDf>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. "O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro". In: *Em Pauta*, Faculdade de Serviço Social, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/f4C08Y>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. "Neodesenvolvimentismo? Um debate sobre o Brasil contemporâneo". In: Seminário Comemorativo ao Dia da/o Assistente Social, Cress-CE, 2013a. Disponível em: <<https://goo.gl/uh2yUZ>>. Acessado em: 05/11/2015.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude & UDRY, Charles-André. "O futuro do movimento 'antimundialização'". In: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana (org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O PT está perdendo a identidade. In: *Gramsci e o Brasil*, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/sOZp1m>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. "Intelectuais, luta política e esquerda: conversações com Carlos Nelson Coutinho. Entrevista concedida a Dênis de Moraes". In: Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/rUcJn6>>. Acessado em: 05/11/2015
- DIAS, Guilherme & POCHMANN, Marcio. "A sociedade pela qual se luta". In: GARCIA, Marco Aurélio & SADER, Emir (org.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DUAYER, Mario. "Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho". In: *Em Pauta*, Faculdade de Serviço Social, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/aLVM0b>>. Acessado em: 05/11/2015.
- FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GENRO, Tarso. "É possível combinar democracia e socialismo?". In: *Brasil Acima de Tudo*, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/2aKOWX>>. Acessado em: 05/11/2015.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

- _____. “Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado”. *In*: Scielo, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/ewaio8>>. Acessado em: 05/11/2015.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2006.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1987.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Cursos de estética*, vol II. São Paulo: EdUSP, 2000.
- HEINRICH, Michael. *Crítica de la economía política: Una introducción a El capital de Marx*. Madrid: Escolar Y Mayo, 2008.
- IASI, Mauro Luís. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- JAPPER, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LULA DA SILVA, Luís Inácio. “Carta ao povo brasileiro”. *In*: Fundação Perseu Abramo, Documentos históricos, 2002. <<http://goo.gl/u7yIOw>>. Acessado em: 05/11/2015.
- KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MENEGOZZO, Carlos Henrique. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MICHEL, Renaut; PAULA, Luiz Fernando; SISCÚ, João. “Por que um novo-desenvolvimentismo”? *In*: Instituto de Economia, UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/E8MEaM>>. Acessado em: 05/11/2015.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

- MORAES, João Quartim. “Lula/PT: das lutas eleitorais aos dez de presidência”. In: *Marxismo 21, 10 Anos de governo do PT*, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/E0PSY3>>. Acessado em: 05/11/2015.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. “Conjuntura Nacional”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/Cam-BVk>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “FPA Discute: Desenvolvimento”. In: Fundação Perseu Abramo, *Publicações*, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/rPQCtI>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “O decênio que mudou o Brasil”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 2013a. Disponível em: <<http://goo.gl/6MKJ6g>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “O socialismo petista”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/lf9kcp>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “Programa de governo 2002: Coligação Lula Presidente”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/UPZ5Jo>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “Programa de governo 2007-2010: Lula de Novo com a Força do Povo”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/CpDByG>>. Acessado em: 05/11/2015.
- _____. “Resoluções do II Congresso Nacional”. In: Fundação Perseu Abramo, *Documentos históricos*, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/5xSjkG>>. Acessado em: 05/11/2015.
- POMAR, Valter. “O pulso ainda pulsa?”, *Margem Esquerda nº 7*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. “Os dez anos de governo do PT: caráter de classe e relação com política neoliberal”. In: *Marxismo 21, 10 Anos de governo do PT*, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/gJCwQ8>>. Acessado em: 05/11/2015.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POCHMANN, Marcio. “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro”. In: *Carta Maior*, Política, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/rCHrMe>>. Acessado em: 05/11/2015.
- QUIJANO, Aníbal. “El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?”. In: Observatorio social de América Latina. *Movimientos sociales y desafíos políticos: Resistencias continentales frente al “libre comercio”*. Argentina, año V, nº13, pp. 15-32, CLACSO, 2004.
- SADER, Emir. “A construção da hegemonia pós-neoliberal”. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda de. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *In*: Scielo, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/kD54xv>>. Acessado em: 05/11/2015.

SCHWARTZ, Roberto. “Um seminário de Marx”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50 ano pp. 99-114, 1998.

SECCO, Lincoln. *A história do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STONE, Oliver (direção). *Wall Street: o dinheiro nunca dorme*. EUA: Fox Filmes, 2010. Som, cor, 127 minutos.

VIANNA, Luís Werneck. “O lulismo sem Lula”. *In*: Instituto Humanitas Unisinos, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/zHvftb>>. Acessado em: 05/11/2015.

Recebido em 25 de janeiro de 2015

Aprovado em 29 de janeiro de 2016